



ATA DA XII REUNIÃO ORDINÁRIA

12 de agosto de 2009

1 Às nove horas do dia doze de agosto do ano de dois mil e nove, no Auditório do Anexo do
2 Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a XII
3 Reunião da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais, vinculada ao Conselho
4 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, órgão de assessoramento do
5 Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28/05/2003, em seu Art.
6 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15/09/2006 e regulamentado pelo Decreto nº.
7 6.272, de 23/11/2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1 – 9h às 9h30 –
8 Abertura, Aprovação da Ata da XI Plenária e da Pauta da XII Plenária – participação do
9 Ministro Patrus Ananias; 2 – 9h30 às 12h30 – Documento “Política Nacional de Segurança
10 Alimentar e Nutricional – proposições do CONSEA para sua elaboração”. 2.1
11 Apresentação das Comissões Permanentes, 2.2 Debates, 2.3 Encaminhamentos; Intervalo –
12 Almoço – 12:30 às 14:00; 3 – 14h às 14h30 – Informes sobre a campanha para a aprovação
13 da Emenda Constitucional (PEC 47/2003) que inclui o direito humano à alimentação
14 adequada e saudável no artigo 6º da Constituição Federal; 4 – 14h30 às 15h – Informe
15 sobre o acompanhamento do Orçamento da Segurança Alimentar no site “Siga Brasil”; 5 –
16 15h às 15h30 – Informes e Agenda do Programa de Alimentação Escolar após publicação
17 das Normas Operacionais sobre a compra da agricultura familiar – FNDE; 6 – 15h30 às
18 16h – Informe sobre a III Conferência + 2; 7 – 16h às 18h – Apresentação das Comissões
19 Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais e 8 – 18:00 –
20 Encerramento. A Mesa foi composta por Renato Maluf, Presidente do CONSEA Nacional;
21 Ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
22 Crispim Moreira, Secretário do MDS e Carmem Priscila Bocchi, Coordenadora do
23 CONSEA Nacional. 1 – 9h às 9h30 – Abertura, Aprovação da Ata da XI Plenária e da
24 Pauta da XII Plenária – participação do Ministro Patrus Ananias: Dando início aos
25 trabalhos da Ordem do Dia, Renato Maluf, Presidente do CONSEA Nacional, deu boas-
26 vindas aos presentes e agradeceu a presença de todos. A Ata da XI Plenária e a Pauta da
27 XII Plenária foram aprovadas por unanimidade. Informes da Presidência: 1) Os mandatos
28 dos Conselheiros e Presidente do CONSEA vencem no dia 22/10/2009. A Mesa Diretiva,
29 em sua última reunião, discutiu o assunto e deliberou por manter a mesma composição dos
30 setores representados no CONSEA, porém, serão consultados se querem manter a mesma
31 representação ou substituí-la; se assim decidirem, haverá substituição de pessoas e não de
32 entidades. O Conselheiro Ubiracy Dantas de Oliveira, da Central Geral dos Trabalhadores
33 do Brasil, aproveitou o momento para informar que a partir do dia 02/10/2009 não mais
34 fará parte do CONSEA, tendo em vista outras atribuições a ele designadas no CONDEFAT
35 – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. 2) Será realizado, nos dias
36 13 e 14/10/2009, o Seminário sobre Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação,
37 organizado pelo CONSEA e MDS. O seminário terá caráter de oficina, com a participação
38 de 100 pessoas, e palestrantes internacionais. 3) Houve uma audiência com o Ministro
39 Patrus, quando foi tratado: i) Parceria com a Agência Nacional de Águas. Informou que em
40 reuniões anteriores do CONSEA, foi sugerido tornar a ANA uma parceira do CONSEA na



41 discussão do tema Água. A ANA respondeu a essa demanda do Conselho, e propôs a
42 assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre CONSEA e ANA para tratar o tema
43 da água nas suas múltiplas dimensões. Surgiu então a dúvida se o CONSEA poderia
44 assinar Termo de Cooperação ou não, visto que o CONSEA não é Pessoa Jurídica. O
45 Ministro Patrus ficou de dar andamento ao assunto dentro do MDS e retomar o diálogo
46 com a ANA. ii) Foi retomado o debate sobre o Sistema e a Câmara Interministerial, no
47 sentido do amadurecimento dos mesmos e fazer um movimento na direção da Casa Civil
48 para retomar o debate sobre a institucionalidade do SISAN e a localização da Câmara
49 Interministerial. 4) Sobre o pedido de audiência com o Presidente da República, foi
50 confirmada uma agenda com o Presidente, para o dia 24/08/2009, às 18h30min (pré-
51 agenda/sujeita a eventuais alterações em função da disponibilidade do Presidente). 5) O
52 CONSEA tem se envolvido numa discussão sobre governança internacional no que tange
53 aos temas alimentares. A perspectiva é atuar no fortalecimento da participação social em
54 políticas públicas nacionais e internacionais, a partir de uma demanda de reforma
55 estrutural da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO na
56 direção de ampliar a participação social. O Itamaraty enviou ao CONSEA cópia de
57 manifestações feitas pelo Governo Brasileiro à FAO, com uma proposta de tornar o atual
58 Comitê de Segurança Alimentar da FAO, um Comitê exclusivamente governamental,
59 técnico e fechado, em uma espécie de Conselho Mundial de Segurança Alimentar e
60 Nutricional. 6) Informou que o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, esteve no Brasil, e o
61 CONSEA e outras organizações tiveram um encontro com ele. Momento em que o Diretor-
62 Geral da FAO estava tratando da organização de uma Cúpula de Alimentação, a ser
63 realizada em novembro deste ano, em Roma. Jacques Diouf informou que o Presidente
64 Lula foi convidado, e aceitou participar da Cúpula. Naquele encontro, ficou acertado que o
65 CONSEA seria o articulador da produção de um documento, falando do Brasil e com uma
66 visão de Mundo, para ser apresentado na Cúpula. A elaboração do documento foi aceita
67 pela Plenária de junho, e já está sendo elaborado. A idéia é que Mesa Diretiva constitua um
68 Grupo de Trabalho composto por 3 representantes da CAISAN e 3 representantes da
69 Sociedade Civil do CONSEA para a elaboração do Documento. Renato Maluf convidou o
70 Ministro Patrus Ananias a estar presente na Audiência Pública, no Congresso Nacional, no
71 dia 13/08/2009, sobre a PEC – Proposta de Emenda à Constituição de incorporação do
72 Direito Humano à Alimentação na Constituição Federal. Foi apresentado o Vídeo da
73 Campanha "Alimentação – Direito de Todos". Renato Maluf parabenizou e agradeceu os
74 envolvidos na realização do filme. Na sequência, o Ministro Patrus Ananias, do MDS, se
75 manifestou, agradecendo a presença de todos. Justificou que não poderia participar da
76 Audiência Pública em virtude de outros compromissos pelo País. Considerou uma grande
77 conquista colocar na Constituição Federal, entre os Direitos e Deveres Fundamentais, o
78 Direito Humano à Alimentação. Solicitou do CONSEA apoio junto ao Congresso
79 Nacional, para a aprovação do Projeto de Reestruturação do MDS, que já foi aprovado na
80 Câmara dos Deputados, mas está enfrentando dificuldades no Senado Federal; também
81 apoio, no Congresso, para a regularização das certificações de entidades filantrópicas.
82 Apresentou um quadro sobre o MDS, primeiramente relatando que o Simpósio
83 Internacional sobre Desenvolvimento Social, realizado em Brasília, no dia 05/08/2009, foi



84 experiência importante, e a partir dele será produzido um filme, que será discutido na
85 próxima reunião do CONSEA. Informou que foi firmada uma parceria com a Universidade
86 de Brasília, e as palestras proferidas no Simpósio serão transcritas. Após revistos pelos
87 seus autores e autorizada a publicação dos mesmos, será produzido um livro. A abertura e
88 o encerramento do Simpósio foram feitos pelo Presidente Lula, em reconhecimento à
89 importância dos temas ali debatidos. Disse que o Simpósio teve três objetivos básicos: i)
90 Realizar um balanço das políticas sociais desenvolvidas, implementadas e consolidadas no
91 Brasil, com destaque para o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação
92 Continuada; ii) Trocar experiências com outros países em relação às políticas sociais; iii)
93 Estabelecimento de desafios do que fazer para consolidar no Brasil esta grande rede de
94 proteção e promoção social: a questão urbana, com o enfrentamento da luta pelo resgate da
95 infância e juventude; falou-se também em crise de valores, na tentativa de resgatar os
96 valores sociais. Disse que os objetivos, tanto dos Conselheiros do CONSEA quanto dos
97 militantes de movimentos sociais, são a justiça social, o direito à vida, mais plena e mais
98 feliz para todos, à dignidade humana, ao desenvolvimento integral e integrado das pessoas,
99 das famílias, das comunidades, da Pátria Brasileira. Para isso, todos têm que pensar em que
100 bases éticas querem construir as relações humanas. Considerou que foi muito bom o
101 Simpósio, e ao apresentá-lo, julgou ter feito uma síntese dos avanços do MDS. Completou
102 sua fala apresentando alguns pontos: i) A questão da água na perspectiva da Segurança
103 Alimentar e Nutricional e na perspectiva da vida. Disse há um grande desafio a ser
104 enfrentado, pois se por um lado existe a questão ambiental a ser considerada, posto que o
105 Planeta está chegando ao seu limite e não pode continuar sendo explorado como está, e tem
106 que se reduzir ou repensar os padrões de produção e consumo, por outro lado, existem
107 aproximadamente 1 bilhão de pessoas a entrar no mercado de consumo de bens e serviços
108 básicos. Então, têm que ser democratizados, ampliados e universalizados os direitos
109 básicos dos povos e ao mesmo tempo baixar os padrões de consumo das classes mais ricas.
110 E isso, segundo o Ministro, tem a ver com a questão da água. ii) A questão da Reforma
111 Agrária, da função social da terra, tanto do ponto de vista da terra rural, como da terra
112 urbana, para assegurar o direito à moradia e muitos projetos do PAC – Programa de
113 Aceleração do Crescimento. O direito à propriedade é uma conquista, segundo o Ministro,
114 mas tem que estar subordinado às exigências superiores, como o direito à vida, ao
115 desenvolvimento nacional, à dignidade humana, ao bem comum e à justiça social. iii) Deve
116 ser trabalhada a questão da Câmara Interministerial, na questão da intersectorialidade, da
117 integração das políticas, da maximização dos recursos, de criar sinergias e agir de forma
118 articulada e integrada para atender o maior número de pessoas no menor tempo possível,
119 contudo considera um desafio conciliar as agendas interministeriais. Informou que houve
120 uma reunião do Presidente Lula e alguns Ministros da área social, quando o Presidente
121 disse que não está satisfeito com o Governo no campo das políticas voltadas para os
122 quilombolas, dizendo que sente que ficou aquém do desejado. O Presidente pediu um
123 esforço maior no trato com essa questão. O Ministro disse que solicitou esse esforço para
124 suas equipes do MDS. Outro ponto que o Presidente colocou para os Ministros foi a
125 questão do Rio São Francisco, na perspectiva da transposição e revitalização, e
126 acompanhamento, em cada comunidade ao longo do Rio, pelos Ministérios envolvidos



com as políticas sociais e públicas, da integração da obra com a integração de outras políticas sociais, inclusive na linha da agricultura familiar. Foram dois temas postos pelo Presidente Lula aos Ministros e que o Ministro Patrus solicitou ao CONSEA pautar e encaminhar da melhor forma possível. Renato Maluf lembrou que a questão da Água, o CONSEA está com uma demanda da ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, sobre a complementação de seus recursos, que se tornou um Projeto de Lei. Quanto ao tema quilombola, informou que o mesmo já está sendo tratado no âmbito do CONSEA, inclusive haverá um debate sobre etnodesenvolvimento, na próxima Plenária. E a respeito da questão da Reforma Agrária, mencionada pelo Ministro, esteve presente na reunião uma representante do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra dando um informe sobre o tema. O Conselheiro Antônio José da Costa (CONSEA-CE) informou que o CONAQ – Comunidades Negras Rurais Quilombolas reconhece o esforço dos Ministérios que estão desenvolvendo ações e políticas para as comunidades quilombolas. Disse da necessidade de haver uma flexibilidade nas legislações e editais, pois as comunidades não estão conseguindo acessar os recursos. O Conselheiro Antônio Ricardo Domingos da Costa disse que em relação às questões indígenas, as políticas públicas estão avançando bastante, contudo, há empecilhos na questão fundiária. A Senhora Maria de Lurdes Vicente da Silva, do Movimento dos Sem Terra, agradeceu a oportunidade de estar no CONSEA, e disse que a luta do Movimento tem o caráter de dar visibilidade à realidade social. Falou que Via Campesina e MST estão numa Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária. Essa Jornada tem dois grandes objetivos: i) Diálogo com a sociedade brasileira sobre o modelo de desenvolvimento agrário; ii) Pressionar o Governo para a realização da Reforma Agrária. Falou das várias mobilizações e ações realizadas pelo Movimento para pressionar o Governo. Os pontos centrais do Movimento são: i) O direito a terra, ao trabalho no campo e a garantia de condições para exercer tais direitos; ii) O direito ao estudo. A palestrante convocou a todos para um Ato Nacional, a ser realizado no dia 14 deste mês, em defesa da reforma agrária e contra a crise mundial. O Movimento acredita que a pressão social é a única forma de conseguir a efetivação dos direitos do Movimento. Item 2 – 9h30 às 12h30 – Documento “Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – proposições do CONSEA para sua elaboração”: Renato Maluf fez uma explanação do andamento do processo de discussão visando à construção da Política de SAN, uma discussão que correu em paralelo com o debate sobre a construção do Sistema Nacional de SAN. Informou que existe uma Lei Orgânica, aprovada no Congresso Nacional, que estabelece a construção do Sistema para promover o Direito Humano à Alimentação, e nesse Sistema há a formulação e implementação de uma Política Nacional. E o CONSEA e a CAISAN têm tratado de dar materialidade a essa determinação legal. A discussão do Sistema resultou em uma Exposição de Motivos, que foi encaminhada ao Governo, com as proposições do CONSEA sobre sua construção. E agora está sendo formulada a Política. Todas as Comissões do CONSEA foram envolvidas no desenvolvimento de uma metodologia. Cada Comissão atuou no seu campo temático e a partir das deliberações da III Conferência Nacional de SAN, adaptando-as a um formato mais condizente para a construção de uma Política e de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse trabalho continua sendo realizado e já existe uma primeira versão, ainda preliminar,



170 dessa sistematização, de acordo com as seis diretrizes estabelecidas na III Conferência.
171 Paralelo a essa versão, existe um documento mais sintético, respondendo as questões: “Por
172 que queremos uma Política Nacional? Qual a relevância dela? Em que contexto ela deve
173 incidir? Para responder a que questões? Quais são os seus princípios e diretrizes
174 fundamentais? Quem são os usuários de uma Política de Segurança Alimentar?” As
175 Comissões se reuniram no dia 11/08/2009 para debater os Documentos, e irão apresentar
176 suas proposições a seguir. A proposta de encaminhamento das Comissões é que os
177 documentos apresentados e outras contribuições sejam objeto de um Grupo de Trabalho,
178 composto pela CAISAN e representantes da Sociedade Civil do CONSEA, que vai
179 elaborar a proposta que será posteriormente submetida à Plenária e discutida com o MDS e
180 encaminhada ao Presidente da República. Seguiu-se o relato das Comissões a respeito dos
181 Documentos acima mencionados: 2.1 Apresentação das Comissões Permanentes: 1)
182 Comissão Permanente 1 – Regulamentação e Institucionalização do SISA e Comissão
183 Permanente 3 – Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – **Luciene**
184 **Burlandy** informou que as duas Comissões se reuniram e trataram do Documento sintético
185 com as reformulações que foram sugeridas para que ele seja encaminhado imediatamente à
186 CAISAN, com sugestão para que a CAISAN instale um Grupo de Trabalho para formular
187 a Política. Nesse caso, a proposta das CP1 e 3 é que esse Documento seja encaminhado
188 imediatamente, mas que posteriormente ele seja conjugado com o documento que está
189 sendo elaborado pelas CPs para que seja composto um documento mais amplo e mais
190 detalhado, que indique uma série de questões em relação às várias diretrizes que saíram da
191 III Conferência, e posteriormente essa conjugação seja apresentada na Plenária do
192 CONSEA. Com o objetivo de ter um documento mais amplo, as Comissões receberiam
193 também um exemplar do documento e proporiais questões, prioritariamente sobre
194 Orçamento, a serem encaminhadas posteriormente à CAISAN após a III Conferência+2,
195 onde o assunto também será discutido. Nesse sentido, o Documento propõe a instituição de
196 Grupo de Trabalho imediatamente. E o GT CAISAN/CONSEA não seria proposto, visto
197 que agora esse Documento estaria mais enxuto, portanto ele seria encaminhado
198 imediatamente à CAISAN. A Conselheira apresentou uma série de sugestões ao
199 Documento que será encaminhado à CAISAN. A proposta das CPs é que esse Documento
200 não seja uma síntese, mas destaque algumas questões que comporão o Documento mais
201 amplo. Encaminhamentos das CP1 e 3: i) A proposta é que a CAISAN tenha uma
202 Comissão Técnica e o CONSEA as suas; as CPs do CONSEA continuarão trabalhando o
203 Documento maior; esse documento menor, e melhorado, já seria encaminhado
204 imediatamente à CAISAN. O Conselheiro Chico Menezes lembrou que deve haver
205 preocupação com o tempo político. 2) Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e
206 Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento – Maria Emília Pacheco informou que a
207 CP2 fez uma análise do processo, relacionando os passos do debate já feitos até agora, mas
208 também se preparando para a III Conferência+2. i) A Comissão propõe a criação de um
209 Grupo de Trabalho composto por representantes da CAISAN e Sociedade Civil do
210 CONSEA, que já tenham trabalhado na relatoria do Documento que está em curso. ii)
211 Sugeriu que o GT de Metodologia do CONSEA, que está preparando a III Conferência +2,
212 estimule os Conselheiros e Conselheiras para elaborarem um parecer crítico do balanço



213 feito pelo Governo, para que na III Conferência+2, se tenha subsídios da Sociedade Civil
214 do CONSEA sobre esse balanço do Governo. iii) Considerou que o Documento como já se
215 encontra precisa ser concretizado do ponto de vista de metas, prioridades, orçamento, por
216 isso entendem que a III Conferência+2 será o momento para avançar nessa discussão. iv)
217 Quanto ao tempo político, sugeriu que a Plenária de dezembro seja o momento da
218 apresentação do Documento sobre Política, precedida de um debate nas Comissões, com a
219 presença do Ministro Patrus Ananias. Foram feitas alterações no Documento, mantendo os
220 objetivos gerais, e acrescentando nos Objetivos Específicos um ponto que explicita mais
221 claramente a necessidade de pensar a Política de Soberania e Segurança Alimentar como
222 política de Estado, e uma diretriz no que diz respeito ao monitoramento. 3) Comissão
223 Permanente 4 – Direito Humano à Alimentação Adequada – Elisabetta Recine disse que a
224 CP4 concorda com a criação do Grupo de Trabalho conjunto CONSEA/CAISAN, e sugere
225 que os representantes da Sociedade Civil do CONSEA sejam das diferentes Comissões do
226 Conselho. Em relação ao Documento que está em elaboração pela CP3, a sugestão é
227 encaminhá-lo imediatamente à CAISAN, e quando o Documento estiver na versão
228 considerada adequada, que ele seja enviado como subsídio para o Grupo de Trabalho
229 conjunto. A Comissão considerou que o Documento de transição foi muito centrado na
230 crise, e que a Política tem que vir para incidir em uma mudança do modelo de
231 desenvolvimento e pontuar e desenvolver mais os temas da dimensão da Segurança
232 Alimentar e Nutricional. Foram feitas algumas observações em termos escritos no
233 Documento. Quanto às Diretrizes e aos Objetivos, também foram feitas alterações de texto,
234 no sentido de deixar mais claro o objetivo que está colocado da questão das dimensões do
235 direito e como essas dimensões repercutem em diferentes políticas de diferentes áreas. 4)
236 Comissão Permanente 5 – SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades
237 Tradicionais e Comissão Permanente 6 – Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos
238 Indígenas – Antônio José da Costa salientou que as Comissões discutiram o Documento, e
239 poucos acréscimos foram feitos. As CPs consideraram que a questão da crise de alimentos
240 estava muito extensa. Propuseram que o Documento seja norteador da Política e do
241 Sistema entre CAISAN e CONSEA e posteriormente submetido à Presidência da
242 República. Quanto à criação do GT CONSEA/CAISAN, que seja composto por
243 representantes da Sociedade Civil das Comissões do CONSEA. As Comissões fizeram
244 alguns destaques e acréscimos ao Documento. 2.2 Debates: Seguiu-se debate sobre o tema.
245 O Senhor Crispim Moreira (MDS) sugeriu que o CONSEA proponha à CAISAN a criação
246 de uma Comissão Técnica para trabalhar com esse documento mais curto, revisando-o (As
247 Comissões do CONSEA entregarão esse documento menor à CT da CAISAN, até
248 setembro). E essa Comissão Técnica se compromete a após a III Conferência+2 trabalhar a
249 Política e apresentar o Documento completo na Plenária de dezembro deste ano. O senhor
250 José Tubino, Diretor da FAO no Brasil, fez uso da palavra e informou que será realizada
251 em 16 a 18/11/2009, em Roma, a Cúpula Mundial da Alimentação. Os objetivos da Cúpula
252 são: i) Enfrentar a crise alimentar mundial – a) Existe uma projeção de crescimento da
253 população mundial para 9 bilhões de pessoas para o ano de 2050, significando uns 50% a
254 mais de pessoas a serem alimentadas no mundo, isso é uma preocupação com respeito à
255 Segurança Alimentar Mundial. b) Existem várias crises simultâneas, mas a FAO está



256 preocupada com a falta de atenção que está sendo dado às crises alimentares e nutricionais
257 do mundo. ii) A realização da Cúpula trata de compromissos políticos, mas também de
258 criar um sistema de governança mundial para segurança alimentar e nutricional do mundo.
259 Está se pensando em dotar o Comitê Mundial de Segurança Alimentar de uma base
260 científica e técnica para tomada de decisões, com participação mais articulada dos
261 Governos em nível mais alto, e abrindo oportunidades para a participação da sociedade
262 civil, setor privado e organizações de produtores agrícolas do mundo inteiro. Esse Comitê
263 responderá às Cúpulas e terá uma estrutura mais executiva, onde as decisões das grandes
264 conferências não fiquem somente em nível de declaração, mas que seja pauta de trabalho
265 com seguimento através do Conselho Mundial de Segurança Alimentar. A FAO considera
266 a experiência do CONSEA uma experiência inovadora em nível mundial e deveria ser
267 divulgada na Cúpula Mundial da Alimentação e Nutrição, para tanto, a FAO está disposta a
268 apoiar com alguns recursos, conjuntamente com o IICA – Instituto Interamericano de
269 Cooperação para a Agricultura. Informou a realização de alguns eventos em torno do tema
270 da alimentação. O desejo da FAO é articular todo um processo de fortalecimento da
271 Cúpula e coordenar ações de comunicação para divulgar à sociedade brasileira o
272 significado do evento. Almoço – 12:30 às 14:00. Retomado os trabalhos, na parte da tarde,
273 a senhora Lucélia Silva Costa, representante da Federação Nacional das Associações de
274 Celíacos fez uso da palavra e solicitou ao CONSEA apoio, para que este se manifeste
275 contrariamente e por escrito, ao Projeto de Lei 336, de autoria do Deputado Ciro Pedrosa,
276 que altera a Lei 10.674, de maio de 2003, criada para proteger os celíacos. Renato Maluf
277 sugeriu informar o caso ao Deputado Nazareno Fonteles, da Frente Parlamentar de
278 Segurança Alimentar, para que ele fique atento ao caso. A senhora Katlen S. Oliveira,
279 representante do Ministério da Saúde, informou que o Conselho Nacional de Saúde
280 aprovou a realização do Seminário de Alimentação e Nutrição, proposto pela Comissão
281 Intersetorial de Alimentação e Nutrição do CONSEA, em substituição às Conferências
282 Temáticas. Convidou os Conselheiros do CONSEA para participarem do Seminário. Foi
283 solicitado à ASCOM – Assessoria de Comunicação do CONSEA que divulgasse tanto este
284 assunto quanto o anterior, dos celíacos. A Conselheira Rosângela Sousa (CONSEA-PI)
285 disse que sente a necessidade de uma instância multisetorial que garanta uniformidade ao
286 trabalho dos responsáveis em SAN nos Estados. A Conselheira disse reconhecer que não
287 será fácil a CAISAN funcionar como idealizada pelo CONSEA. Foi proposto que a
288 CAISAN promova, periodicamente, em Brasília, encontros dos gestores estaduais de SAN,
289 para tratar da construção do Sistema. Crispim Moreira (MDS) informou que na Secretaria
290 Nacional de Segurança Alimentar existe uma Coordenação Geral de Apoio a Sistemas
291 Descentralizados, que está tratando desse assunto, inclusive já aconteceram algumas ações
292 nesse sentido. 2.3 Encaminhamentos: Após longa discussão, o Documento de Diretrizes,
293 teve o seguinte encaminhamento: i) O CONSEA solicitou à CAISAN que monte uma
294 Comissão Técnica, até o final de agosto, para discutir o Documento; ii) A CP3 trabalhará o
295 Documento dará a ele o formato que achar mais conveniente para finalizá-lo; iii) A
296 CAISAN continuará com seu compromisso de trazer o balanço das ações do Governo; iv)
297 Acontecerá um encontro da Comissão Técnica da CAISAN e Mesa Diretiva do CONSEA
298 após a III Conferência+2 para, de posse de todos os subsídios construídos, tratar de como



se chegar até dezembro com um documento de política construído de forma participativa. O próximo item a ser tratado foi o 3 – 14h às 14h30 – Informes sobre a campanha para a aprovação da Emenda Constitucional (PEC 47/2003) que inclui o direito humano à alimentação adequada e saudável no artigo 6º da Constituição Federal: Carmem Priscila Bocchi comentou sobre o Vídeo da Campanha "Alimentação – Direito de Todos", dizendo que é um vídeo de 30 segundos e que foi feito pela SECOM da Presidência da República e contou com o apoio do Movimento dos Humanos Direitos, ONG à qual pertence o ex-Conselheiro do CONSEA, Marcos Winter, e atores, que atuaram gratuitamente no vídeo. O vídeo está sendo veiculado na televisão e outros meios de comunicação. Priscila solicitou a todos engajados na campanha que façam uma ampla divulgação do vídeo, e agradeceu os patrocinadores e apoiadores do mesmo. Informou que para a tramitação da PEC, na Câmara Federal, é necessária a formação de uma Comissão Especial que faça uma análise da proposta e a encaminhe para o Plenário da Câmara. A Comissão foi instalada, e os membros, indicados. O requerimento para a criação dela já foi assinado pelo Presidente da Câmara, Michel Temer, como resultado de uma manifestação feita no dia da exibição do Garapa, em junho. Contudo, para a Comissão começar a funcionar, é preciso escolher seu Presidente e Relator. Informou que no dia 13/08/2009 acontecerá uma Audiência Pública, para a qual todos foram convidados, que está sendo organizada pelo CONSEA e Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, e será um momento importante para divulgar a Campanha para a sociedade e Deputados. O Conselheiro Edécio Vigna informou que no dia 13 seria lido os nomes dos integrantes da Comissão e indicados seu Presidente e Relator. Priscila solicitou que os eventos nos Estados sejam informados à ASCOM, para que possam ser divulgados. E lembrou que dia 18/09/2009 será a data limite para a contagem final dos abaixo-assinados; e para o dia 1º/10/2009, está sendo articulado um evento, a ser realizado no Congresso Nacional, para a entrega das assinaturas, e talvez transformar uma sessão da Câmara Federal em uma sessão geral para tratar da PEC. Foi reapresentado o Vídeo da Campanha "Alimentação – Direito de Todos". Houve uma inversão de pauta, e o item a ser analisado na sequência foi o 6 – 15h30 às 16h – Informe sobre a III Conferência + 2: Renato Maluf informou que i) Os Conseas Estaduais já enviaram os nomes dos seus 4 representantes da Sociedade Civil, que serão custeados pelo MDS, com exceção do Estado de São Paulo (decidiu não enviar representantes), Mato Grosso do Sul (enviou apenas 1 nome até agora), Acre (enviou 3 nomes). Alguns Estados não enviaram ainda os nomes dos dois representantes governamentais. ii) Dos 60 Conselheiros Nacionais, que moram fora de Brasília e serão custeados pela organização do evento, até agora apenas 48 confirmaram presença. iii) Serão enviados convites aos participantes que participarão por conta própria. A estimativa é que participe um total de 100 convidados. O GT de Preparação da III Conferência+2 está finalizando a lista desses convidados. iv) Já ocorreram os Encontros Regionais do Centro-Oeste, do Norte e do Sudeste, e estão programados os do Nordeste e do Sul, sendo que até o momento o Centro-Oeste e o Sudeste encaminharam os Roteiros com seus subsídios para a III Conferência+2. Está faltando o da Região Norte, que ainda não encaminhou. O GT de Preparação avaliará os subsídios vindos dos Encontros Regionais e a possibilidade de sistematização dos mesmos para mandá-los para a III Conferência+2. v) Os outros subsídios previstos para a



342 III Conferência+2 são: Balanço do Governo, Exposição de Motivos do SISAN, Documento
343 sobre a Política Nacional. vi) A programação da Conferência está sendo trabalhada pelo
344 GT de Preparação, e será finalizada na reunião do GT, no dia 09/09/2009. Renato Maluf
345 deu um panorama da programação da Conferência. Solicitou dos presentes que enviem
346 sugestões à Secretaria do CONSEA, caso queiram. Passou-se, então, à análise do item 4 –
347 14h30 às 15h – Informe sobre o acompanhamento do Orçamento da Segurança Alimentar
348 no site “Siga Brasil”: Orlando Cavalcante Neto (Siga Brasil) disse que não existe política
349 pública sem orçamento, é necessário que os valores estejam autorizados no orçamento,
350 pelo Congresso Nacional, e sancionados pelo Presidente da República para que seja
351 executada uma política pública. Informou que o Siga Brasil é um projeto feito em parceria
352 com a Consultoria de Orçamento do Senado Federal, PRODASEN – Sistema de
353 Processamento de Dados do Senado, que tem como objetivo disponibilizar na Internet todo
354 o trâmite orçamentário, desde o momento que o Projeto de Lei do Orçamento chega ao
355 Congresso Nacional até o recebimento final. O Siga Brasil pega as bases de dados dos
356 sistemas estruturantes do Governo e os coloca em uma base de dados única, que é
357 disponibilizada ao público. O palestrante fez uma demonstração do funcionamento Siga
358 Brasil, no portal eletrônico do Senado Federal. O Siga Brasil estabeleceu parcerias com
359 diversos órgãos do Governo e entidades da Sociedade Civil Organizada para poder
360 apresentar o orçamento por tema. No site tem manuais de instrução para o usuário, e
361 também são dados cursos no Senado Federal de como utilizar o Siga Brasil. Orlando
362 Cavalcante se dispôs a esclarecer questionamentos e fazer novas consultorias ao CONSEA.
363 A Conselheira Daniela Sanches Frozi cumprimentou e parabenizou, em nome do GT
364 Orçamento do CONSEA, o Senado Federal e PRODASEN pelo trabalho desenvolvido.
365 Priscila Bocchi registrou o esforço do PRODASEN em adaptar a organização do
366 Orçamento do CONSEA no Siga Brasil. Vários questionamentos sobre o manuseio e
367 informações constantes do Siga Brasil foram feitos e respondidos. Renato Maluf agradeceu
368 o palestrante e sua equipe pelo trabalho desempenhado. 5 – 15h às 15h30 – Informes e
369 Agenda do Programa de Alimentação Escolar após publicação das Normas Operacionais
370 sobre a compra da agricultura familiar – FNDE: Albaneide Peixinho apresentou o Passo a
371 Passo do art. 14 da Lei da Alimentação Escolar, que foi homologada em 16/06/2009,
372 e art. 18 da Resolução 38, que foi sancionada em 16/07/2009. E disse que todo esse
373 processo está sendo discutido e construído com FNDE, MDS e MDA. Informou que existe
374 uma agenda de discussão sobre o assunto, com a presença do MDA, MDS ou FNDE. A
375 agenda dos eventos foi enviada à Priscila, da Secretaria Executiva do CONSEA. Um dos
376 pontos mais discutidos da Lei é a elaboração dos cardápios, onde são ditados os limites
377 mínimos e máximos de nutrientes e vetados os refrigerantes, refrescos com aditivos e
378 bebidas similares, e que também há o limite de 30% do uso de enlatados e embutidos com
379 os valores estabelecidos. O monitoramento do uso desses produtos terá que acontecer de
380 forma mais sistemática. Informou que estão acontecendo encontros regionais de
381 nutricionistas para discutir como se dará a operacionalização de fato da merenda escolar. A
382 partir de janeiro de 2010, todos os Estados e Municípios têm que estar adequados à nova
383 Resolução. Passos necessários para a adequação à Resolução: i) Sensibilização dos atores
384 envolvidos (Para alguns municípios, o problema a ser enfrentado é a falta de estrutura das



385 escolas para a preparação da alimentação escolar, para o ensino médio e EJA); ii) Está
386 sendo realizada a formação dos monitores; iii) Está sendo construído um sistema de
387 acompanhamento e monitoramento; iv) Elaboração e divulgação do material didático.
388 Como resultado dessa divulgação e discussão, acontecerá um encontro com todos os
389 promotores públicos, dos Ministérios Públicos, que pediram uma formação sobre o PNAE.
390 Outros cursos de formação já foram e estão sendo realizados, fora tantos outros eventos,
391 inclusive do MDA e MDS. Um desafio apresentado foi a questão da suspensão dos
392 recursos dos Municípios e Estados. Hoje são 700 municípios suspensos, parte deles por
393 não ter CAE – Conselho de Alimentação Escolar. A palestrante apresentou ao CONSEA o
394 problema de quem irá prestar contas dos recursos recebidos pelas escolas, se não têm o
395 controle social, posto que quem faz a prestação de contas é o CAE. São questões que
396 precisam ser esclarecidas até dezembro/2009. O primeiro ponto a ser discutido no Passo a
397 Passo é a Previsão Orçamentária. O *slide* do Passo a Passo foi apresentado na Plenária e
398 disponibilizado no sítio do CONSEA. Arnoldo Campos representante do Ministério do
399 Desenvolvimento Agrário, alertou que para esse Programa funcionar, a informação é
400 fundamental. Informou, então, o endereço
401 www.portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar, onde constam
402 informações sobre o Programa. Está sendo negociado um domínio próprio da Alimentação
403 Escolar e Agricultura Familiar. A ASCOM do CONSEA colocará um informe dizendo que
404 está disponível na página do CONSEA e do MDA o Passo a Passo da Alimentação Escolar
405 e Agricultura Familiar. Contribuições ao Passo a Passo poderão ser enviadas ao GT
406 Abastecimento, onde serão tratadas e encaminhadas ao PNAE. Albaneide Peixinho
407 informou que nos dias 20 e 21/08/2009, em Salvador-BA, haverá um debate sobre a
408 compra da agricultura familiar pelas comunidades quilombolas. Os encontros com os
409 indígenas estão sendo agendados. Seguiu-se então o item 7 – 16h às 18h – Apresentação
410 das Comissões Permanentes e da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais: 1)
411 Comissão de Presidentes – José Ribamar (CONSEA-MA) informou que foi uma reunião
412 muito representativa, faltando apenas o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Acre,
413 Pernambuco, Rondônia e Paraíba, e ainda: i) Foi avaliado o Encontro da Região Norte,
414 considerado positivo o debate temático, mas com alguns problemas de ordem operacional,
415 sobretudo quanto à emissão das passagens por parte do MDS. Naquele Encontro foi criado
416 o Fórum Regional da Sociedade Civil. ii) Foi proposto que os convidados da III
417 Conferência+2 sejam participados aos Conseas Estaduais. iii) Foi definida a necessidade
418 de se ter uma carta política na conclusão da III Conferência+2, para tanto deve ser
419 composto um grupo para reunir todos os subsídios vindos dos Encontros Regionais. iv)
420 Dois dos atuais coordenadores da Comissão de Presidentes terão seus mandatos de
421 Presidentes de Conseas Estaduais vencendo de setembro a outubro deste ano (Carlos
422 Eduardo Leite (CONSEA-BA), Miguel Montaña (CONSEA-RS), que serão substituídos,
423 durante a III Conferência+2. As regiões Norte e Sudeste deverão indicar os substitutos
424 desses Presidentes. v) Outro ponto debatido foram os problemas de estrutura e
425 funcionamento dos Conseas Estaduais, buscando o fortalecimento e empoderamento dos
426 mesmos. vi) Foi aprovada uma moção, *ad referendum* desta Plenária e dirigida ao Ministro
427 Patrus Ananias, a respeito do envolvimento dos Conseas Estaduais na implementação de



428 programas nacionais, sobretudo do MDS e MDA, que desconsideram o controle social
429 feito pelos Estados. viii) Foram apresentados informes do PNAE, da Cúpula Mundial da
430 FAO e da campanha pela aprovação da PEC, quando todos os Conseas Estaduais foram
431 convidados a promover mobilizações estaduais, tendo como prazo limite a III
432 Conferência+2. A moção foi lida em Plenário. Foram aprovados os seguintes
433 encaminhamentos: i) Retirar da moção o item que trata da suspensão do PAA Leite do
434 Maranhão; ii) Que a moção seja endereçada ao Ministro Patrus Ananias, enquanto
435 coordenador da CAISAN; iii) O assunto será analisado pelo CONSEA, objetivando
436 encontrar mecanismos de gestão de controle social quando o MDS descentralizar seus
437 programas para Estados e Municípios; iv) A carta política retirada da conclusão da III
438 Conferência+2. 2) Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional nas
439 Estratégias de Desenvolvimento- Maria Emília Pacheco informou: i) Que o Grupo de
440 Trabalho de Abastecimento, da CP3 está fazendo algumas recomendações, tais como: a)
441 CONSEA informar aos Conseas Estaduais e Conselheiros a agenda do FNDE quanto à
442 divulgação e capacitação e sobre a lei e operacionalização do PNAE. b) Presidência do
443 CONSEA, juntamente com outros Conselheiros, discutir com o FNDE a pertinência de um
444 novo Comitê Gestor para tratar do PNAE e PAA. c) Que a CP1 prepare uma reflexão sobre
445 esse exercício, através da Política do PNAE e PAA, de como será construída a própria
446 visão de Sistema. d) Socializar o levantamento situacional das escolas feito pelo FNDE e
447 MDS. e) Quanto ao aumento de R\$ 0,22 para R\$ 0,44 para creches, seria conveniente se
448 pensar também nesse valor para a alimentação escolar produzida pela agricultura familiar.
449 f) Foi retomada a leitura, para atualização, da proposta de Política de Abastecimento do
450 CONSEA. Já foram feitas sugestões de atualização, como tratar a Política Geral de Preço
451 Mínimo sob o ponto de vista da Agrobiodiversidade. A proposta é que este tema seja pauta
452 da Plenária de dezembro/2009. ii) A CP2 deu início a um debate sobre mudanças
453 climáticas e seus impactos sobre a soberania e segurança alimentar, com participação de
454 representantes REBRIP – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos e PNUD – Programa
455 das Nações Unidas para o Desenvolvimento. iii) Acontecerá uma reunião extraordinária da
456 CP2, no dia 10/09/2009, para preparar o Documento de Mudanças Climáticas, que será
457 pauta da Plenária de outubro. Renato Maluf solicitou aos Conselheiros que quando
458 prepararem reuniões extraordinárias, que busquem parceiras para co-financiamento. 3)
459 Comissão Permanente 1 – Regulamentação e Institucionalização do SISAN – Daniela
460 Sanches Frozi disse que a coordenadora da CP1, a Conselheira Marília Leão, está afastada
461 por questões de saúde, e desejou melhoras à colega. Deu os seguintes informes: i) A
462 reunião superou as expectativas da Comissão. A pauta foi construída basicamente em 4
463 pontos: a) Informes dos GTs atrelados à Comissão, (GT Elegibilidade do Direito Humano
464 e GT Estruturação do CONSEA estão praticamente com as atividades paradas e o GT
465 Monitoramento está preparando um relatório para o início de 2010). ii) Teve o relato da
466 Câmara Interministerial (com a presença do Marcelo do MDS, dizendo que a Câmara está
467 começando a funcionar; no início, os próprios Ministérios participavam, agora é um quarto
468 escalão. A Câmara está preparando uma resposta para CP1 em relação à Carta Exposição
469 de Motivos apresentada na última Plenária, pelo CONSEA Nacional). iii) Houve um
470 debate de conteúdo qualificado com a participação dos representantes do PARA –



471 Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da ANVISA – Agência
472 Nacional de Vigilância Sanitária. Eles apresentaram à CP1 um relato relacionado ao último
473 consolidado que o PARA teve em relação ao uso de agrotóxicos no Brasil.
474 Encaminhamentos da Comissão: i) A ANVISA integrará a CP1 como membro; ii) As
475 outras Comissões tratará do assunto que envolve a ANVISA. Renato Maluf informou que o
476 representante da SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, no CONSEA,
477 propôs inserir na agenda do CONSEA, para outubro/2009, o tema da qualidade e
478 contaminação dos alimentos. 4) Comissão Permanente 4 – Direito Humano à Alimentação
479 Adequada – Elisabetta Recine informou que foram convidados representantes da Secretaria
480 de Renda e Cidadania do MDS, responsável pelo Bolsa Família, para discutir um relatório
481 de monitoramento das recomendações que a Comissão tinha feito ao Programa Bolsa
482 Família, para que ele caminhasse no sentido de realmente ser um programa nos princípios
483 do Direito Humano à Alimentação Adequada. Será iniciada, pela CP4 e SENARC, a
484 elaboração dos Instrumentos de Exigibilidade do Programa Bolsa Família. Renato Maluf
485 informou que a Mesa Diretiva do CONSEA ajustará o calendário de Plenárias para
486 incorporar as demandas que estão surgindo. Elisabetta sugeriu alterar a ordem das
487 próximas pautas, para que os Informes das Comissões sejam no início da tarde, para serem
488 discutidos mais adequadamente. 5) Comissão Permanente 3 – Política e Plano Nacional de
489 Segurança Alimentar Nutricional – Regina Miranda informou que a Comissão debateu a
490 construção do Documento da Política e Plano, e seus encaminhamentos, e mais: i) Foi
491 tratada também a questão do GT Abastecimento; ii) Outra questão debatida foi o reajuste
492 do per capita da Alimentação Escolar, e sugeriu-se colocar o assunto na pauta do
493 CONSEA; iii) Lei de Cultivares: Foi feito um documento, por vários movimentos sociais,
494 que trata principalmente de os movimentos sociais sensibilizarem o Governo para não
495 fazer as mudanças propostas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e
496 Abastecimento na Lei de Cultivares. A CP3 solicitou apoio do CONSEA ao Documento e
497 que seja incluída a questão na agenda do encontro de Renato Maluf com o Presidente da
498 República. Encaminhamentos: i) Sobre o reajuste do per capita, terá que ser conversado
499 com o PNAE, posto que já saiu uma Exposição de Motivos com um valor de R\$ 0,35. ii)
500 Sobre a Lei de Cultivares, Renato Maluf informou que o assunto pode ser discutido, mas o
501 CONSEA nunca assinou formalmente manifestações sobre o tema. E lembrou que já existe
502 no CONSEA uma Exposição de Motivos a respeito do assunto. Contudo, será pauta com o
503 Presidente Lula, fazendo referência a essa manifestação formal que o Conselho já tem.
504 Será enviado aos Conselheiros e divulgados nos Informes do CONSEA uma carta, para
505 quem concordar, assinar como meio de apoiar a manifestação. 6) Comissão Permanente 5
506 – SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais e Comissão
507 Permanente 6 – Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas – Valéria Burity
508 informou que participaram da reunião em torno de 10 pessoas. Destacou os seguintes
509 informes: i) Foi informada na reunião das Comissões a criação do Ministério da Pesca. ii)
510 A FUNASA – Fundação Nacional de Saúde firmou parceria com o Ministério da Saúde
511 para implementar a Rede Amamentar, para as comunidades indígenas, principalmente do
512 Mato Grosso do Sul. iii) Em reunião do Comitê Gestor da Carteira Indígena, que trata de
513 fomento às ações com foco em segurança alimentar dos povos indígenas, Valéria Burity e



Antônio Ricardo Domingos da Costa, representantes da CP6, deixaram uma recomendação à Coordenadora da Carteira Indígena da importância de eles mandarem o relatório das atividades da Carteira à Presidência do CONSEA. iv) Foi bastante debatido o Documento do Etnodesenvolvimento para povos e comunidades tradicionais. Algumas questões foram levantadas, contudo não foram feitos encaminhamentos concretos. O assunto deverá ser pauta da Plenária de outubro. v) As duas CPs continuarão seus trabalhos, neste dia, após o término desta Plenária. vi) Destacou uma informação vinda do Mato Grosso do Sul, sobre o Acampamento Kurussu Ambá, dos índios Guarani-Kaiowa, na qual aconteceu um temporal lá e destruiu todas as barracas deles. Eles estão passando por uma situação difícil, inclusive há registro de que não estão recebendo cestas de alimentos. A Conselheira aproveitou para solicitar ao MDS que confira essa questão, para que seja garantido o acesso à cesta básica. Luana Arantes, representante do MDS informou que o Ministério já vem atuando na região da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, quanto à questão dos Kaiowa. O Mato Grosso do Sul é atendido com regularidade, e mensalmente são distribuídas 22 mil cestas básicas. Segundo Luana, a situação será averiguada e haverá uma conversa com a FUNAI – Fundação Nacional do Índio a respeito da questão. Informou também que estão sendo feitas oficinas para debater a ação das cestas de alimentos. E nos dias 1º e 02/09/2009 haverá uma oficina, em Dourados, para discutir a questão das cestas de alimentos e as possíveis políticas estruturantes, com a presença de quase 100 Guarani-Kaiowa e uns 10 acampados. Sugeriu a participação do CONSEA Nacional na oficina, em Dourados. Os Conseas Estaduais são sempre convidados e participam das oficinas. Renato Maluf concordou com uma representação formal do CONSEA, em Dourados, para acompanhar a situação do povo Guarani-Kaiowa e relatar a situação em Plenária. O Conselheiro Antônio José da Costa registrou que as comunidades quilombolas estão sofrendo pela falta de distribuição e continuidade das cestas de alimentos. Solicitou que o MDS revise a ampliação da participação das comunidades quilombolas do Estado do Ceará no recebimento das cestas básicas. 8 – 18:00 – Encerramento: Sem mais nenhum assunto a ser tratado, Renato Maluf deu por encerrada esta reunião e agradeceu a presença de todos.

Brasília, 12 de agosto de 2009.

Renato Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



LISTA DE PRESENÇA DA XII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA NACIONAL
12 de agosto e 2009

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Ana Lúcia Pereira
Antônio José da Costa
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Daniela Sanches Frozi
Elza Maria Franco Braga
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Luciene Burlandy Campos de Alcântara
Maria Emília Pacheco
Katlen S. Oliveira
Lúcia Mara
Nelito Nonato Dorneles
Raimundo Reis Nobre
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Rui Ricard da Luz
Sandra Chaves
Renato Sérgio Jamil Maluf
Sílvia do Amaral Rigon
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Ubiraci Dantas de Oliveira
Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carla Bencke
Edécio Vigna
Elisabetta Recine
José de Ribamar de Araújo e Silva
Lucélia Silva Costa
Ronaldo Carneiro de Sousa

REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –Patrus Ananias



REPRESENTANTES DOS MINISTROS

Ministério da Educação e Cultura – Albaneide Peixinho
Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ministério da Saúde – Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos
Secretaria-Geral da Presidência da República – Márcia M. Blanck
Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Crispim Moreira
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Cilair Rodrigues de Abreu
Ministério da Integração Social – Dorotea Blos
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – (...)
(...) – Marcelo Matos Viana

OBSERVADORES

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – José Tubino
Talher Nacional – Meiry Andréa Borges David
IICA – Carlos Américo Basco
Action AID – Celso Marcatto
Oxfam – Nathalie Begin

CONVIDADOS

Luiz Felipe Rosa
Maria da Assunção Jacinto dos Santos
Mônica Cristina de Souza
Patricia Darío El-Moor Hadja
Maria de Lurdes Gomes Dantas
Maria de Nazaré Correia da Silva
Márcia Moraes
Silvio Porto
Telma Castello Branco
Valéria Burity
Maria de Lourdes Vicente da Silva (MST)
Antônio Cruz (Agência Brasil)
Rosângela da Silva (Itaipu Binacional)
Maria Rosilene B. Rodrigues (Consea-SE)
Célia Varela Bezerra (FIAN)
Ana Luisa Müller (MDA)